

24 NOV 2016

# FOLHA DE LONDRINA

## Servidores vão à Justiça para barrar suspensão de reajuste

**Base aliada, que na terça-feira  
votou em peso pela aprovação  
da data-base, deve repetir  
comportamento na sessão de hoje**

**Mariana Franco Ramos**  
*Reportagem Local*

**Curitiba** – Com a iminente aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 pela Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, os servidores públicos devem mesmo recorrer à Justiça para tentar barrar a suspensão da data-base da categoria. A expectativa é que os 34 deputados estaduais que votaram anteriormente favoravelmente ao texto, além de Evandro Jr. (PSDB), que teria errado ao registrar seu posicionamento contrário no painel eletrônico, fiquem novamente ao lado do governador Beto Richa (PSDB) na sessão desta quinta-feira (24), marcada para as 14h30. O interstício de 48 horas entre uma votação e outra é uma exigência legal.

“É mais do que previsível. [Os governistas] Vão votar em bloco fechado novamente, contra os servidores

do Paraná”, afirmou o líder da oposição, Requião Filho (PMDB). Ele voltou a falar que entrará com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Tribunal de Justiça (TJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). Na avaliação da bancada, o próprio STF reconhece a existência de direito adquirido a reajuste previsto em lei para o funcionalismo. “A suspensão dos pagamentos consiste em nítida ofensa à irredutibilidade de vencimento dos servidores.”

Em nota, a APP-Sindicato, que representa os professores, disse que a votação de ontem expôs novamente ao Paraná um Parlamento atrelado ao Executivo e que, por isso, também buscará na Justiça manter os direitos conquistados. “O alinhamento destes poderes contra a população e contra o funcionalismo põe em risco o futuro de milhares de paranaenses”, diz trecho.

“Além da indignação perante tamanho ataque aos nossos direitos, continua nossa disposição para a luta e resistência em tempos de duros ataques à classe trabalhadora. Não esmoreceremos.”

O presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), considerou a aprovação da LDO hoje “fato consumado”, uma vez que a liminar da oposição foi derrubada, pelo próprio chefe do TJ, Paulo Vasconcelos. “Isso [Adin] é do direito deles. Se um segmento ou outro se sentir prejudicado, acredito que deve recorrer sim à Justiça. Nós vamos acatar a decisão e aguardar o que possa acontecer”, contou. Nessa quarta-feira (23), como não havia pontos polêmicos na ordem do dia e ninguém se inscreveu para discursar, a reunião durou apenas 21 minutos.

**CONTINUA**

24 NOV 2016

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Conforme o líder da situação, Luiz Cláudio Romanelli (PSB), a crítica em relação à suspensão do reajuste é despropositada. "O País atravessa uma crise muito grave, a gente sabe que nesse momento tem de tomar medidas muitas vezes amargas, que não são desejadas por ninguém. Mas temos de agir com prudência." Enquanto ele concedia entrevista, os trabalhadores entoavam vaias e gritos como "Richa, caloteiro" e "ão, ão, ão, voltou pro camburão".

#### 'PROTEÇÃO AO ESTADO'

O governador Beto Richa (PSDB) afirmou ontem, à Agência Estadual de Notícias (AEN), que os deputados estaduais demonstraram, mais uma vez, preocupação com a realidade nacional e a importância da proteção ao Estado. "É bom lembrar que não foi cancelado nenhum reajuste ao funcionalismo, apenas adiado. E será implantando conforme o desempenho da economia e a situação financeira do Estado, como não poderia ser diferente. Nada mais responsável do que agir desta forma", afirmou.

24 NOV 2016

# FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

## Provocações contínuas

O juiz Sérgio Moro é alvo de provocações contínuas do lulopetismo: a filósofa Marilena Chauí já disse que o magistrado é um agente da CIA para entregar o pré-sal aos ianques. Pois agora, em versão menos infantil, advogados do ex-presidente fazem um cavalo de batalha em torno de uma hipotética informação de procuradores para a Justiça norte-americana em torno de prejuízos sofridos por acionistas daquele país com a roubalheira na Petrobras. Nada como esse condimento da moda, que ajudou Trump e pode favorecer trampas, o nacionalismo, vetor de resistência à globalização e ao espectral neoliberalismo.

Indispensável um pouco de yoga nesse exercício desesperado dos advogados para caracterizar no magistrado uma espécie de inspetor Javert e que perseguiu seu alvo até nos esgotos, alguém que é despido de isenção e “distanciamento” para julgar. Visível nas constantes questões de ordem o objetivo de tumultuar repetindo técnicas do assembleísmo estudantil.

É lamentável assistir à decadência da advocacia criminal em todos os desdobramentos, tanto do mensalão como da Lava Jato, em que figuras míticas como a de Marcio Thomaz Bastos, The God, soçobraram diante de algo elementar: a denúncia bem feita que no primeiro momento, depois da entrega de Roberto Jefferson do sistema comandado por José Dirceu, dispensou o peso e a densidade das delações premiadas.

A denúncia bem feita, centrada em documentos e perícia, botou abaixo a mistificação do advogado sábio e demiurgo que devassa e destrói argumentos com as artes e a destreza de um agente 007 e outros magos do mesmo universo ficcional. É compreensível até um certo ponto o emprego da dramatização no itinerário da defesa, assumindo rotas rocambolescas, mas para tudo há um limite em razoabilidade e que foi claramente rompido com a analogia com o nazismo. Aliás, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães era como o do Brasil uma agremiação classista, o nosso PT, o que também não passa de analogia bizarra.

24 NOV 2016

# FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

## Segundo round

Não termina hoje a tramitação da LDO e a preciosa emenda que veta reajuste dos barnabés estaduais com a esperada vitória do governo. É a conclusão de uma batalha, já que outra se dará no Judiciário com a decisão dos opositoristas de entrarem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF. Não será o primeiro caso sub judice como já existe, além da investigação no STJ da denúncia de que dinheiro achacado por fiscais irrigou a campanha da reeleição, a questão da investida no capital da Parana Previdência, posto que essa conte com parecer favorável da Procuradoria Geral da República.

Embora o quadro recessivo com a quebra fiscal das unidades federativas, entre elas a nossa, favoreça um entendimento mais pragmático na superior instância e menos vinculado à letra da lei, teremos novos lances de desgaste e corrosão para as dissimulações governistas. Há um clima depressivo na Assembleia com estreitamento radical das galerias e excessos de zelo da parte de segurança, o que é menos desmoralizante do que jurar fidelidade no camburão da polícia como se fosse um confessionário religioso como se deu em abril de 2015.

A sessão de ontem durou 21 minutos e a de hoje acionará o rolo compressor da tradição.

CLAUDIO HUMBERTO

## Delação da Odebrecht assombra até o STF

As primeiras informações que chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o teor da megadelação dos executivos da Odebrecht deixaram ministros “particularmente preocupados”, segundo um deles. Eles se preocupam com a estabilidade política do País de tão graves e amplas. O assombro decorre dos depoimentos preliminares dos delatores, que fará parecer “bobagem” o que foi revelado até agora.

## Sem chance de escapar

As delações vão enriquecer os inquéritos abertos no STF com provas robustas, sem deixar dúvidas quanto à condenação dos investigados.

## Não fica um, meu irmão

A impressão que se tem, na força-tarefa da Lava Jato, é exagerada: “Não vai sobrar ninguém na classe política”, diz um dos investigadores.

**24 NOV 2016**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **STF marca julgamento contra Renan**

Reynaldo Turolo Jr.

*Folhapress*

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para 1º de dezembro o julgamento de uma denúncia contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). O plenário da corte decidirá se recebe ou não a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), o que pode tornar o senador réu em uma ação penal pela primeira vez. A denúncia, oferecida ao STF em 2013, refere-se a uma investigação iniciada há nove anos. A PGR acusa Renan de usar dinheiro de uma empreiteira para pagar a pensão de uma filha que teve fora do casamento com a jornalista Mônica Veloso. O relator do caso, ministro Edson Fachin, liberou a denúncia para ir a plenário em 4 de outubro deste ano. Renan é ainda investigado em outros 11 inquéritos no STF.

### **INFORME**

#### **Investigações sobre Aécio**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, autorizou ontem a prorrogação do prazo das investigações da Polícia Federal sobre o senador Aécio Neves (PSDB-MG). No inquérito que tramita na Corte, o parlamentar foi acusado pelo ex-senador Delcídio do Amaral de tentar interferir nos trabalhos da extinta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios, criada em 2005 para investigar as denúncias do mensalão.

24 NOV 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Nova regra sobre prescrição intercorrente só vale em execuções após o CPC-2015

4ª Turma do STJ derrubou decisão do TJ-PR que extinguiu processo porque, após suspensão da execução, credor não se manifestou durante 12 anos

**A** nova regra sobre prescrição intercorrente, que dispensa a notificação do credor após o transcurso de um ano da suspensão da execução (por falta de bens), deve incidir apenas nas execuções propostas após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil e, nos processos em curso, a partir da suspensão da execução.

O entendimento é da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná que reconheceu a prescrição intercorrente e extinguiu o feito porque, após o deferimento do pedido de suspensão do processo pelo prazo de 180 dias, o exequente permaneceu

inerte por quase 12 anos.

No recurso especial, o credor alegou que não foi responsável pela paralisação do processo, uma vez que, após a suspensão do feito, o juiz determinou a remessa dos autos ao arquivo provisório, onde permaneceu sem qualquer movimentação administrativa, intimação do advogado ou do credor.

24 NOV 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Ministro nega suspender tramitação da PEC do Teto dos Gastos

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso negou nessa terça-feira (22/11) pedido de parlamentares da oposição para suspender a tramitação da proposta de emenda à Constituição 241/2016, que limita os gastos públicos do país pelos próximos 20 anos, a chamada PEC do Teto.

O pedido de liminar foi feito no começo deste mês por deputados do PT e do PCdoB. Na ação, os parlamentares argumentam que a PEC 241/2016 “atenta contra a separação dos Poderes, o voto direto, secreto, universal e periódico e os direitos e garantias individuais”.

Na interpretação dos autores do pedido, a limitação dos gastos restringirá também a atuação do presidente da República e de deputados e senadores que serão empossados em 2019, 2023, em 2027, 2031 e 2035.

Em análise preliminar do caso, o ministro Barroso ressaltou que não se está diante de ameaça ao núcleo essencial da separação dos Poderes. Segundo ele, a cláusula pétrea de que trata o artigo 60, parágrafo 4º, inciso III, da Constituição Federal não imobiliza os artigos que delineiam a forma de relacionamento entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

Além disso, segundo o relator, os Poderes e órgãos não possuem um direito oponível à Constituição de ampliar sua atuação ilimitadamente.

### Crítica de deputado na atividade não é crime contra a honra

Declarações de parlamentar feitas no âmbito de suas funções, mesmo duras e contundentes, não configuram crime contra a honra. A decisão é da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, ao rejeitar nesta terça-feira (23/11) denúncia-crime oferecida pela Procuradoria-Geral da República contra o deputado federal gaúcho Luís Carlos Heinze (PP-RS). Em entrevista concedida em janeiro de 2014 à Rádio Sideral, de Getúlio Vargas (RS), Heinze apontou supostos abusos cometidos por parte do procurador da República Ricardo Galha Massia, que atua no município de Erechim, nos processos de demarcação de terras indígenas.

“Esse procurador é teimoso, é mal-intencionado. A interpretação que ele dá é maldosa, e gostaria que ele entendesse bem essas questões e ajudasse a resolver o problema, não criasse mais tumulto”, disse o parlamentar.

24 NOV 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Mutirão carcerário deverá beneficiar cerca de 430 presos

Cerca de 430 processos serão analisados até amanhã no mutirão carcerário que está acontecendo no Complexo Médico-Penal (CMP), em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. A ação visa analisar os casos de pessoas com doenças mentais, custodiadas por medida de segurança. Devem ser apreciados ainda pelo mutirão os casos de custodiados com deficiência física.

Além de servidores do Judiciário, uma equipe técnica do Complexo trabalha no mutirão. “Dis-

ponibilizamos assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras para que fiquem à disposição para eventuais laudos que sejam necessários e também para o contato com as famílias dos custodiados”, explica o diretor da unidade prisional, Jeferson Medeiros Walkiu.

Segundo o desembargador Ruy Muggiati, supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Paraná, a iniciativa faz parte do projeto Cidadania nos Presídios, do Conselho Nacional de Justiça

(CNJ), que teve início no mês de agosto no Estado.

Em outubro, o projeto fez ações em penitenciárias femininas na região de Curitiba. Foram beneficiadas cerca de 300 mulheres em um mutirão exclusivo para o público feminino.

Participaram deste mutirão no CMP o Departamento Penitenciário do Paraná (Depen), juntamente com Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), OAB-PR, Ministério Público, Defensoria Pública e o Conselho da Comunidade.

## Gilmar prorroga prazo de investigações sobre senador Aécio Neves

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes autorizou ontem a prorrogação do prazo das investigações da Polícia Federal sobre o senador Aécio Neves (PSDB-MG). No inquérito que tramita na Corte, o parlamentar foi acusado pelo ex-senador Delcídio do Amaral de tentar interferir nos trabalhos da extinta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios, criada em 2005 para investigar as denúncias do mensalão.

No despacho, Gilmar Mendes afirmou que “hou-

ve atraso no desenvolvimento das investigações”, porque três testemunhas que estavam previstas para prestar depoimentos ainda não foram ouvidas. Mendes também determinou que a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República (PGR) cumpram os prazos da investigação.

“Ficam a Autoridade Policial e o Ministério Público Federal instados a observar os prazos de tramitação nesta e em todas as investigações supervisionadas por este relator”, decidiu o ministro.

# FOLHA DE S. PAULO

RANIER BRAGON

## Indignação seletiva

**BRASÍLIA** - "A legislação que protege a magistratura é tão complicada, tão cheia de meandros, tapumes, biombos, tudo é tão escondido, tão sigiloso, que os bandidos terminam encontrando na toga um grande esconderijo."

A frase é da ex-corregedora do Conselho Nacional de Justiça Eliana Calmon, dada à reportagem "Quem julga o juiz?", da Agência Pública.

Exclua-se a retórica. Considerem-se apenas os números. O CNJ puniu até hoje 75 magistrados, uma média de 7 ao ano. Isso em um universo atual de cerca de 17 mil togados.

Desses, 48 sofreram a sanção administrativa máxima: a aposentadoria com vencimentos proporcionais.

Recentemente, por exemplo, a juíza Olga Regina de Souza Santiago, da Bahia, recebeu a penalidade sob a acusação de envolvimento com um narcotraficante colombiano.

E também o juiz José Admilson Gomes Pereira, do Pará, acusado de vender sentença, atuar em processos da namorada e trabalhar de forma "morosa", entre outras faltas.

É um equívoco comum achar que esses dois estejam livres de eventual responsabilização penal e cível. Mas seria de uma ingenuidade cósmica imaginar que o juiz que comete crime será processado e punido como qualquer um de nós.

Toga tivesse, Eduardo Cunha contaria ainda com o salário de mais de R\$ 30 mil e, com certeza, estaria em bem melhores lençóis do que os que o cobrem na carceragem do Paraná.

O procurador Deltan Dallagnol, um dos chefes da Lava Jato, repete constantemente estar indignado com a impunidade e a corrupção.

Ele é contra discutir agora a lei sobre seus pares. Vê pura e simplesmente a tentativa de retaliar a Lava Jato. Sobra-lhe razão sobre o objetivo oculto de ala do Congresso, mas o corporativismo também se manifesta evidente na indignação seletiva.

Resta saber em que o crime cometido com toga difere daquele praticado com terno e gravata, esporte fino ou guardanapo na cabeça.

24 NOV 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## MÔNICA BERGAMO

### SEGUNDO PLANO

24 NOV 2016

A separação das contas de campanha de Michel Temer e Dilma Rousseff, para que sejam julgadas individualmente no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), não é mais uma prioridade para a defesa do agora presidente.

#### **AGORA LEMBREI**

A guinada ocorre depois que o ex-presidente da Andrade Gutierrez, Otavio Azevedo, mudou na semana passada depoimento que já tinha dado ao tribunal. Ele afirmara que a contribuição da empreiteira para a campanha de Dilma em 2014 tinha sido, de fato, pagamento de propina. Depois que se descobriu que os valores tinham sido depositados na conta de campanha de Temer, afirmou que tinha se “enganado”. E que a doação foi regular.

#### **DETALHE**

O depoimento de Azevedo era o único que sustentava que a campanha tinha recebido propina. Com a nova versão, essa parte da denúncia perderia força. E a discussão sobre separar ou não as contas de Temer das de Dilma se tornaria “dispensável”, nas palavras de interlocutor do vice-presidente.

#### **EU SEMPRE FALEI**

Questionado, Gustavo Guedes, advogado de Temer, se limita a dizer que, a partir de agora, “sobressai a tese que sempre defendemos, de improcedência da ação por ausência de ilicitude”.

#### **VOLTA AO MUNDO**

A fase de oitiva de testemunhas foi encerrada na segunda (21).

No total o ministro Herman Benjamin, do TSE, que relata o caso, ouviu 37 pessoas, em Brasília, Rio, Curitiba e Fortaleza.

#### **NA GRÁFICA**

Faltam agora os resultados de perícias nos pagamentos das despesas da campanha de 2014 para que o processo seja julgado. Elas podem esclarecer a segunda parte da denúncia, de que pagamentos foram realizados por serviços não prestados, caracterizando lavagem de dinheiro.

24 NOV 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### Tribunal absolve dois condenados por Moro

Para desembargadores,  
faltam provas do crime

WÁLTER NUNES  
DE SÃO PAULO

A 8ª turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região absolveu nesta quarta-feira (23) dois executivos da OAS condenados pelo juiz Sergio Moro na Operação Lava Jato. O ex-diretor financeiro Mateus Coutinho de Sá havia sido condenado a 11 anos de prisão pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e de pertencer a organização criminosa. O engenheiro civil Fernando Augusto Stremel Andrade foi sentenciado a quatro anos de reclusão por lavagem de dinheiro. Moro, no entanto, substituiu sua pena por prestação de serviços à comunidade e multa de 50 salários mínimos.

As defesas recorreram da condenação à segunda instância. O relator do processo, o desembargador João Pedro Gebran Neto, considerou que não havia provas de que os dois cometeram os crimes de que foram acusados. O voto de Gebran foi acompanhado pelos outros desembargadores.

Coutinho de Sá e Andrade foram alvos da sétima fase da Lava Jato, batizada de Juízo Final. Andrade foi conduzido coercitivamente e liberado após depor. Já Coutinho de Sá permaneceu nove meses preso. Foi demitido pela empreiteira após a prisão. Ele foi acusado de participar do esquema de pagamento de propinas decorrentes de contratos da OAS na Petrobras.

O advogado de Coutinho de Sá, Juliano Breda, disse que a defesa "lamenta o período em que ele permaneceu preso e comemora a absolvição, pois sempre sustentou a sua inocência". Cal Garcia Filho, advogado de Andrade, disse que a condenação não tinha sustentação em provas e o tribunal corrigiu um grande erro de Moro. O Ministério Público Federal ainda não sabe se recorrerá da decisão.

### PAINEL A galope

Congressistas que investiram contra Judiciário e Ministério Público na tramitação das dez medidas de combate à corrupção já se preparam para o troco da Lava Jato. A avaliação é que o juiz Sergio Moro, a força-tarefa e a PGR nunca deixaram passar batido movimentações que pudessem cercear a operação ou aliviar o lado dos políticos. Agora, com uma ação tão explícita, não seria diferente. A presença de Deltan Dallagnol na comissão na terça-feira (22) foi vista como um recado de Curitiba.

**Dose dupla** Entre os movimentos que mais desagradaram à Lava Jato estão a anistia ao caixa dois e a possibilidade de crime de responsabilidade para magistrados, promotores e procuradores.

24 NOV 2016

# GAZETA DO POVO

## STF marca data para apreciar se abertura penal contra Renan

Denúncia do caso Monica Veloso será julgada 9 anos após o início da investigação que implica o presidente do Senado

BRASÍLIA  
Estadão Conteúdo

● Nove anos após o início das investigações, o primeiro julgamento de denúncia contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), foi marcado no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF).

O plenário do Supremo decidirá no dia 1.º de dezembro se aceita a denúncia contra o atual presidente do Senado, o que faria dele réu pela primeira vez.

### Supremo abre inquérito contra Alfredo Kaefer na Operação Zelotes

● O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu inquérito para investigar indícios encontrados contra o deputado federal pelo Paraná Alfredo Kaefer (PSL) no âmbito da Operação Zelotes. Também foram incluídos no inquérito o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o deputado federal Jorge Côrte Real (PTB-PE). A acusação é de que os parlamentares modificaram uma medida provisória (MP)

A acusação é de peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso, e foi formalizada em 2013.

De acordo com o inquérito remetido pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que será analisado pelo Supremo, Renan recebeu propina da construtora Mendes Júnior para apresentar emendas que beneficiariam a empreiteira. Em troca, o peemedebista teria as despesas pessoais da jornalista Monica Veloso, com quem mantinha relacionamento extraconjugal, pagas pela empresa.

Na época, Renan apresentou ao Conselho de Ética do Senado recibos de venda de gados em Alagoas para comprovar um ganho de R\$ 1,9 milhão, mas os documentos são considerados notas frias pelos investigadores. O peemedebista chegou a renunciar

à presidência do Senado na época, quando o escândalo veio à tona.

O inquérito em questão, de número 2.593 e relatado pelo ministro Edson Fachin, é um dos 12 sobre Renan no STF. O último deles foi aberto na sexta-feira passada, a pedido da PGR. Os investigadores querem mais informações sobre movimentação financeira de R\$ 5,7 milhões de Renan, considerada incompatível com a renda do senador.

### “Confiante na Justiça”

Em nota da assessoria, Renan disse que está “tranquilo e confiante na Justiça brasileira”. “O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) pediu oficialmente essa investigação ao Ministério Público no ano de 2007 e é o maior interessado nesse julgamento”, diz a nota.

para beneficiar empresas. O caso tramita em segredo de justiça. O parlamentar paranaense nega ter cometido qualquer irregularidade. “Fico indignado que meu trabalho no Legislativo, que faço com honestidade, sirva para abertura de investigação. Sempre fiz a defesa do setor produtivo aqui e já apresentei centenas de emendas que são favoráveis a ele”, disse Kaefer. Ele diz acreditar que a abertura do inquérito tenha relação com uma das mais de dez emendas que apresentou à MP 672, relatada por Jucá.

24 NOV 2016

# GAZETA DO POVO

## Odebrecht fecha negociação para delação

Cerca de 70 executivos começam a assinar os acordos de colaboração com a Justiça. Exigência dos EUA trava acerto de leniência da empresa

**BRASÍLIA**

*Estadão Conteúdo*

● A negociação da delação premiada e do acordo de leniência da Odebrecht com a Procuradoria-Geral da República (PGR) no âmbito da Lava Jato está a um passo de ser concluída. Advogados e procuradores envolvidos nas tratativas devem assinar toda a documentação relativa aos acordos até amanhã.

Até a conclusão desta edição, o último entrave na mesa de negociação era o valor que será pago pela empresa aos Estados Unidos, como multa da leniência negociada entre as autoridades americanas, o Brasil e a Suíça. Os EUA pressionam por um valor maior, o que gerou um impasse na reta final das negociações. A previsão é de que a assinatura da leniência aconteça hoje.

O valor da multa a ser paga pela empresa já estava acertado com a Odebrecht, no patamar de aproximadamente R\$ 6 bilhões. Como o dinheiro será repartido entre os três países, a exigência de montante maior pelos americanos gerou um entrave na negociação. Há dois caminhos possíveis: o aumento da multa a ser paga pela empresa ou um acordo no qual Brasil e Suíça liberam uma parte do valor para equacionar o impasse.

Segundo apurou a reportagem, são mais de 70 executivos delatores ao todo. Com a delação, cada um deles obtém acordo por uma pena mais amena.

A delação considerada chave no acordo, e uma das que passou por dura negociação, é de Marcelo Odebrecht, herdeiro e ex-presidente do grupo. Investigadores consideram que foi ele quem institucionalizou um setor dentro da empresa para realizar pagamentos de propina. Por causa disso, Marcelo deverá ficar até o final de 2017 na prisão e cumprir o restante de uma pena de dez anos em regime domiciliar.

A Odebrecht, por meio de nota, informou que “não se manifesta sobre eventual negociação com a Justiça, mas reforça seu compromisso com uma atuação ética, íntegra e transparente”. A empresa citou medidas adotadas para “reforçar e ampliar o programa de conformidade do grupo”.

### Políticos

Em conversa gravada divulgada em maio deste ano, o ex-presidente José Sarney afirmou que uma possível delação da Odebrecht tinha potencial de uma “metralhadora ponto 100”, tamanho o risco de atingir políticos financiados pela empreiteira.

Agora, investigadores com acesso à negociação afirmam que as delações dos executivos, bem como o acordo de leniência da empresa, não devem atingir de maneira uniforme as principais lideranças políticas brasileiras.

Embora os principais partidos sejam alvos das delações — PMDB, PT e PSDB —, alguns políticos serão atingidos de “forma fatal” e outros terão suas imagens apenas “arranhadas” pelas revelações. A diferença se dará pelo fato de os valores recebidos da empresa estarem ou não atrelados em desvios praticados em obras e licitações públicas.

Investigadores da Lava Jato acreditam que a tendência daqui para frente é que a delação influencie acordos negociados por Queiroz Galvão, OAS, Mendes Júnior e Galvão Engenharia.

**CONTINUA**

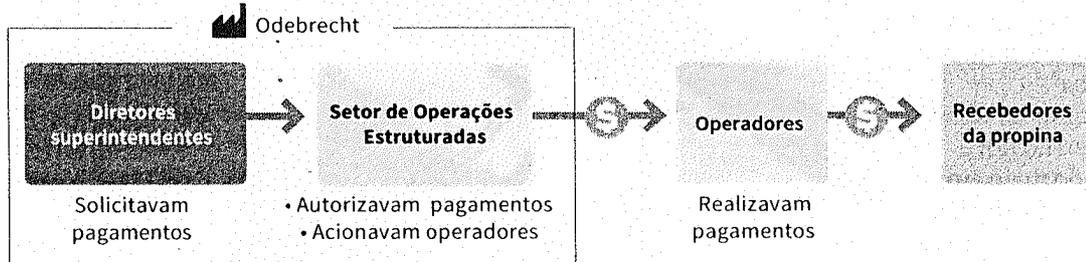
## DELAÇÃO-CHAVE

## CONTINUAÇÃO

Executivos da Odebrecht começaram a assinar os acordos de colaboração premiada negociados com a Lava Jato. A expectativa é que centenas de políticos beneficiados pelo "departamento de propina" da empreiteira sejam implicados:

### COMO FUNCIONAVA

Os investigadores descobriram que a empreiteira tinha um departamento exclusivo para viabilizar atividades ilícitas em favor da empresa por meio de "pagamentos paralelos"



### QUEM VAI FECHAR ACORDO



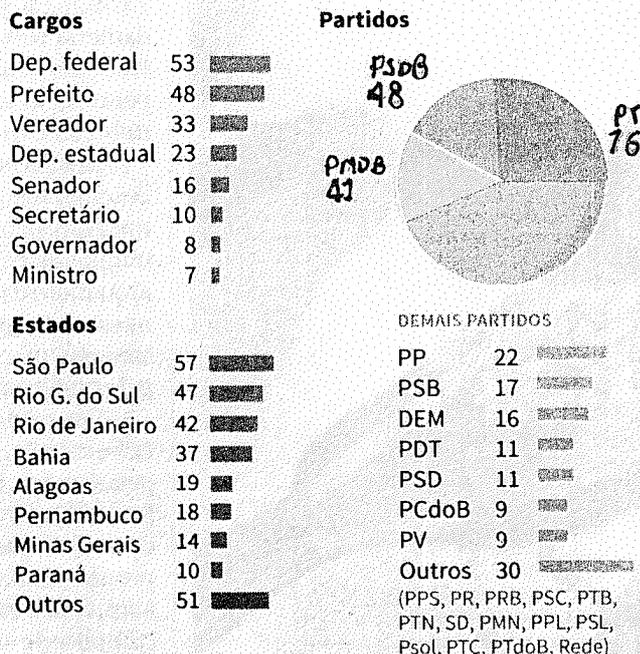
### Mais de 70 executivos

da Odebrecht devem assinar, individualmente, os acordos de delação. Entre eles, o ex-presidente **Marcelo Odebrecht**

### QUEM PODE SER IMPLICADO

Cerca de **300 políticos**

constam em documentos de doações eleitorais apreendidos com um funcionário da Odebrecht:



### AS ETAPAS

Veja as etapas do acordo de delação da Odebrecht:

#### 1. Pré-delação

Executivos fornecem, de forma espontânea, documentos e informações sobre o esquema investigado e prestam depoimentos informais aos procuradores.

#### 2. Assinatura do acordo

Após a fase de coleta de informações, os executivos assinam o acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF).

ESTAMOS AQUI

#### 3. Depoimentos

Delatores prestam depoimentos aos procuradores do MPF no qual confirmam o que foi repassado na fase de pré-delação.

#### 4. Encaminhamento

Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, elabora documento com um resumo dos fatos apurados e encaminha ao Supremo Tribunal Federal (STF), no caso de acusados com foro privilegiado.

#### 5. Homologação

Ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, homologa os acordos, se julgar relevantes para as investigações.

#### 6. Investigação

MPF e Justiça Federal decidem o que deverá ser investigado e se haverá abertura de inquérito para apurar os fatos.

24 NOV 2016

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### PLANALTO TEM INSTABILIDADE

O acordo de delação da Odebrecht preocupa o presidente Michel Temer. O receio é de que as acusações provoquem um clima de instabilidade política, prejudicial à recuperação da economia. Auxiliares de Temer afirmam não ter dúvidas de que as delações no âmbito da Lava Jato vão atingir o ministro Geddel Vieira Lima, da secretaria de Governo, e o secretário executivo do Programa de Parcerias de Investimentos, Moreira Franco, além de outros ministros. Geddel e Moreira integram o chamado "núcleo duro" do Palácio do Planalto. O Planalto está apreensivo, ainda, com o fato de a delação poder atingir congressistas importantes, como o líder do governo no Congresso, Romero Jucá (PMDB-RR).

### RECUPERAR A CREDIBILIDADE

A Lava Jato mudou o Grupo Odebrecht. Um terço dos funcionários foi embora, empresas tiveram de ser vendidas, financiamentos foram cortados, obras paralisadas e a dívida bruta chegou a R\$ 110 bilhões. Agora, a expectativa da companhia é se estabilizar financeiramente a partir do fechamento do acordo de leniência. O interesse comercial por trás do acordo era reabrir as portas do sistema bancário, que se fecharam com as denúncias de corrupção. Outro ponto importante era evitar ser declarada inidônea, o que a impediria de participar de qualquer processo de licitação. Imediatamente, a empresa já terá que buscar recursos para pagar a multa estabelecida com o acordo: cerca de R\$ 6 bilhões.

# GAZETA DO POVO

## Lava Jato mostra ignorância do país sobre o PR

Advogado de Lula expôs em audiência desconhecimento nacional sobre a 'República de Curitiba'

Katia Brembatti

● Aos olhos dos brasileiros, o Paraná não é o mesmo de dois anos e meio atrás. Quando a Operação Lava Jato engrenou e figurões do país começaram a desembarcar por aqui, o estado passou a concorrer com o eixo Rio — São Paulo — Brasília no noticiário nacional.

Foi então que o bairro Santa Cândida, onde fica a Polícia Federal e a carceragem repleta de investigados em Curitiba, começou a fazer parte do roteiro de jornalistas e advogados renomados do país. Também Pinhais, na região metropolitana, que abriga o Complexo Médico Penal, e São José dos Pinhais, município do aeroporto em que pou-sam policiais e outros "tra-zidos" pela investigação, agora são cidades citadas em repor-tagens nacionais.

Mas tanta exposição ain-da não foi capaz de formar uma imagem clara do Para-ná. Em audiência na segun-da-feira (21), um dos defenso-res do ex-presidente Luiz Iná-cio Lula da Silva, José Roberto Batochio, disse ao juiz Sergio Moro, em tom provocativo, que o Paraná é uma "região agrícola do país", sugerindo provincianismo. Não é a pri-meira vez que Batochio cita o estado de forma polêmica pa- ra ironizar a Lava Jato.

Em agosto, ao questionar a competência da Justiça Fe-deral no estado para julgar Lula, o advogado disse que Guarujá não é Guaratuba e que Atibaia não é Atobá, "uma cidade do Paraná". A questão é que o estado não tem nenhum município com esse nome. No Guarujá, no litoral de São Paulo, fica o apartamento que seria de Lula. E em Atibaia, no interi-or paulista, está o sítio que a Lava Jato também diz ser do ex-presidente.

### Sem conhecimento

O desconhecimento sobre o Paraná não é exclusividade do advogado de Lula. Um le-vantamento publicado pela **Gazeta do Povo** em 2013 — antes da Lava Jato — indicava que 43,7% dos brasileiros não sabiam em que região do país fica o Paraná e quase metade não tinha ideia de que a capi-tal é Curitiba. Os dados são do Instituto Paraná Pesquisas, que ouviu 2.550 pessoas em 177 cidades do Brasil.

A pesquisa mostrou que 96% dos entrevistados não souberam citar o nome de al-gum músico ou banda do es-tado. Em relação a escritores, 99,1% não se lembraram de um só autor.

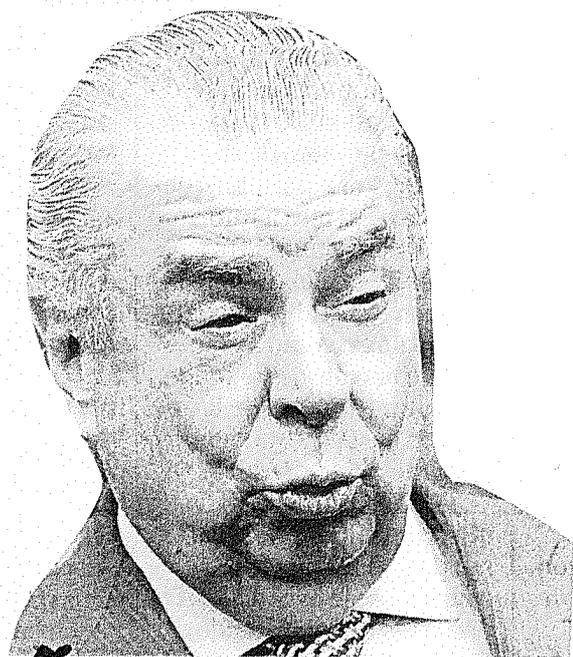
### 'República de Curitiba'

Antes de Lula cunhar o termo "República de Curiti-ba", de forma nada elogiosa, em conversa com Dilma Rousseff grampeada em mar-ço deste ano, alguns poucos referenciais, como as obras

24 NOV 2016

de Jaime Lerner e atores reno-mados, remetiam o Paraná ao imaginário coletivo nacio-nal. De resto, em viagens para outros estados, sobrava a muitos paranaenses ter de ex-plicar que não moravam no Rio Grande do Sul.

Quarta maior economia do Brasil, o Paraná sempre teve dificuldade de se posicio-nar — disputando com as praias de Santa Catarina e a cultura gaúcha o título de re-ferência no Sul.



"Se eu dissesse que ser agrícola é ruim, eu estaria dizendo que eu sou ruim."

José Roberto Batochio, um dos advogados do ex-presidente Lula.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## REPERCUSSÃO

Após polêmica,  
advogado de Lula  
diz que também é  
produtor rural

Antoniele Luciano

Especial para a Gazeta do Povo

# 24 NOV 2016

## CELSO NASCIMENTO

### BOIA FRIA 1

Por primeira vez que o advogado José Roberto Batochio visita a "região agrícola" – como denominou Curitiba e o Paraná durante audiência de oitiva de testemunhas conduzida pelo juiz Sergio Moro, na última segunda-feira. Atuando na defesa do ex-presidente Lula, Batochio adotou a técnica de lançar provocações pessoais contra Moro ao insinuar que ele agia à moda dos juizes nazistas. Sua intenção, além de tumultuar a audiência, era a de levar Moro a perder a fleugma e a compostura visando a torná-lo suspeito (por falta de isenção) para julgar Lula.

### BOIA FRIA 3

Não muito depois, Batochio sentiu-se como um boia-fria: o habeas corpus foi revogado pelo STJ e Bibinho voltou ao xadrez para cumprir a pena a que foi condenado por participar do esquema dos "Diários Secretos" – tema de premiada série de reportagens desta **Gazeta** – que desviou R\$ 200 milhões da Assembleia. Advogados paranaenses que atuavam em parceria com Batochio na mesma causa tentaram também a técnica de provocar em nível pessoal alguns desembargadores "agrícolas". Não tiveram êxito.

### BOIA FRIA 2

O ilustre causídico, ex-presidente nacional da OAB, já esteve nestas paragens bucólicas em 2010, quando defendia o ex-diretor geral da Assembleia Legislativa Abib Miguel, o Bibinho. Batochio batia na trave cada vez que pedia à Justiça paranaense um habeas corpus para tirar seu cliente da prisão, que cumpria num quartel da PM. O benefício acabou sendo concedido pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), mas teve curta sobrevida.

● O advogado José Roberto Batochio afirmou ontem, após mais uma rodada de depoimentos da Lava Jato na Justiça Federal, que foi mal interpretado por sua declaração sobre a condição agrícola do Paraná. Segundo ele, não houve intenção de fazer "desfeita em relação à vocação do estado, que é o celeiro do Brasil". "Quando eu disse que essas ideias autoritárias já morreram em 1945, eu imaginei que os aliados as tivessem sepultado. Mas vejo que elas podem renascer aqui, nesse lugar que é paradigmaticamente a maior, mais produtiva e mais tecnológica fronteira agrícola do Brasil", esclareceu. Batochio afirmou que é produtor agrícola – diz ter quatro fazendas – e que, se estivesse se referindo a isso de forma pejorativa, estaria ofendendo a si mesmo. "O que seguiu o PIB do Brasil por muitos anos e garante até hoje é o setor agrícola. Se eu dissesse que ser agrícola é ruim, eu estaria dizendo que eu sou ruim."

### Audiências

Ontem, os advogados de Lula criticaram mais uma vez as audiências com testemunhas de acusação. Conforme Batochio, não se produziu nada que pudesse demonstrar culpa do ex-presidente.

## COLUMNA DO LEITOR

### ADVOGADO DE LULA

Ao ilustre advogado de Lula, digo que tenho muito orgulho de Curitiba, por muitas razões, e mais ainda por ser sede da Lava Jato. Se ser provinciana é ser uma terra onde a Justiça orgulha os brasileiros, é ser sede da cadeia de diversos corruptos condenados, é ser lugar de um juiz herói, de promotores heróis, de policiais federais heróis que devolvem o mínimo de esperança à nação, sim, somos e sempre seremos provincianos.

**Célio Luiz Banaszski**

### ADVOGADOS

O Brasil bateu o recorde de advogados. Na Alemanha, o processo é muito mais seletivo. E tem de ser. Quem contrata um advogado passa-lhe uma procuração com poderes imensos. Um mau profissional pode desencadear um baita estrago na vida de uma pessoa. É óbvio que, para obter uma licença para advogar, o sujeito tenha de passar por um processo seletivo rígido.

**Gilberto Nascimento**

24 NOV 2016

# GAZETA DO POVO

## Brasil chega a 1 milhão de advogados

*Kamila Mendes Martins*

● Neste mês de novembro, o Brasil chegou à incrível marca de 1 milhão de profissionais da advocacia, segundo dados do Cadastro Nacional de Advogados (CNA), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O número é expressivo, já que há cerca de 1 profissional da área para cada 200 brasileiros. Isso significa que 0,5% da população brasileira, que tem 207 milhões de pessoas, é formada por advogados.

A principal razão para o país ter chegado a esse número de profissionais na área foi o aumento exponencial na quantidade de cursos de Direito a partir de 1995. Naquele ano havia apenas 165. Em 2001, já funcionavam 505 faculdades de Direito no Brasil. Em 2014, essa quantidade chegou a impressionantes 1.284. Um crescimento de quase 800% em menos de duas décadas. E o aumento na quantidade não se refletiu em qualidade.

Essa precariedade dos cursos ofertados fica clara nos resultados dos Exames de Ordem, que acontecem três vezes por ano. De acordo com o estudo "Exame de Ordem em Números", publicado em 2014 pela FGV Projetos, instituição que elabora e aplica as provas desde 2010, as inscrições entre o II e o XIII Exame de Ordem chegaram a 1,34 milhão. Desses examinados, apenas 234 mil (17,5%) foram aprovados.

### Outros países

Na comparação com outros países, a relação entre o número de profissionais e a população não é muito diferente. Na Itália, por exemplo, ao final de 2015, havia 237.132 advogados para uma população de 60,5 milhões de italianos, de acordo com a Cassa Forense (a OAB italiana), cerca de 1 advogado para cada 255 pessoas.

Nos Estados Unidos, o cenário se repete. Em 2015, a American Bar Association divulgou que existiam no país 1.300.705 advogados licenciados, para uma população de 318,9 milhões. Isso representa 1 advogado para cada 245 habitantes.

Na Alemanha, a situação é diferente. Lá em janeiro de 2014 havia 163.690 advogados para 80,6 milhões de habitantes, ou seja, 1 para cada 492 alemães.

## EXAME DE ORDEM

O Exame de Ordem no Brasil foi instituído pela Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia. Até 2009, cada estado aplicava a sua prova. Desde 2010, o exame foi unificado e uma mesma prova é aplicada a todos os candidatos a advogado – sejam eles bacharéis em Direito ou estudantes dos dois últimos períodos do curso. Na primeira fase, eles precisam acertar 40 de 80 questões de diversas disciplinas que tiveram na faculdade. Na segunda fase, o candidato precisa atingir a nota 6 de um máximo de 10 em uma prova que apresenta uma questão prático-profissional (que vale 5) e quatro questões acerca de uma única disciplina escolhida no ato da inscrição.

24 NOV 2016

# GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

## MPT-PR contesta declaração de Greca sobre Evangélico 1

O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no Paraná, Gláucio Araújo de Oliveira, a procuradora Patrícia Blanc Galdex e a direção do Hospital Evangélico de Curitiba, por meio de seu interventor nomeado pelo MPT-PR, Carlos Motta, enviaram ontem comunicado à coluna para informar que não há nenhum acordo ou negociação em andamento no sentido de mudanças na administração do hospital. O comunicado foi em razão da nota publicada segundo a qual o prefeito eleito Rafael Greca estaria negociando uma parceria com a Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, para assumir o Evangélico.

### MPT contesta declaração... 2

Em resumo, a nota conjunta diz: "A difícil situação financeira pela qual passa o Hospital Evangélico, resultado de anos de má gestão, foi motivo da intervenção proposta pelo Ministério Público do Trabalho, acolhida pelo juízo do Trabalho em dezembro de 2014. Desde então, foi implementada uma gestão com fortes medidas de controle de custos, transparência dos dados, levantamento de dívidas e uma nova hierarquia financeira para garantir o funcionamento e o atendimento à população. Esta gestão já tem mostrado resultados. Entretanto, frente à pressão financeira exercida pelas dívidas passadas, há necessidade de um aumento na receita do Hospital. Neste sentido, tratativas com o Poder Público Municipal, Estadual e Federal estão em andamento desde a intervenção".

### MPT contesta declaração... 3

Entre as medidas que estão sendo tomadas como parte da recuperação do Hospital Evangélico, informa a nota, estão o engajamento da sociedade, com a breve criação da Associação Amigos do Evangélico e a divulgação do movimento Evangélico Vida Nova, um grande plano de reestruturação do hospital que já está em andamento e buscando novas parcerias e apoios.

### MPT contesta declaração ... 4

A coluna esclarece que a nota publicada baseou-se em declaração pública dada por Greca na reunião do Conselho Político da Associação Comercial do Paraná na manhã de terça-feira. O prefeito eleito declarou textualmente: "A cidade não pode prescindir do Hospital Evangélico. Precisamos construir uma solução. Não temos condição de assumir o passivo, mas a boa notícia é que as igrejas Presbiteriana e Luterana, de tradição reformada, buscam resgatar o endereço cristão. Uma saída cogitada pode ser a vinda para Curitiba da Universidade Mackenzie. Torço para que isso aconteça". Registre-se que Greca não desmentiu a notícia publicada.

# BEMPARANÁ

# 24 NOV 2016

**Zelotes:**

## **Inquérito contra Jucá vai ao STF**

O Supremo Tribunal Federal autorizou a abertura de dois inquéritos na Operação Zelotes para apurar o envolvimento do líder do governo no Congresso, Romero Jucá (PMDB-RR), e outros três parlamentares em fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) - tribunal de recursos da Receita. O processo tramita em segredo de Justiça e tem como relator o ministro Ricardo Lewandowski.

Jucá é alvo de um inquérito 4347 no STF junto com os deputados federais Jorge Côrte Real (PTB-PR) e o deputado federal paranaense Alfredo Kaefer (PSL). O senador José Pimentel (PT-CE) passa a ser investigado no inquérito 4346. Ambos os inquéritos foram recebidos hoje pelo STF e estão sob a relatoria de Lewandowski.

As investigações devem apurar se cometeram os crimes de corrupção passiva e prevaricação, em beneficiamento de empresas no âmbito do Carf. A suspeita é de que os parlamentares trabalharam para alterar medida provisória em troca de benefícios. Jucá negou que tenha recebido vantagens para beneficiar empresas no âmbito do Carf. A defesa do deputado Alfredo Kaefer também negou irregularidades.

## **JORNAL DO ÔNIBUS**

### **Kaefer denunciado**

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta quarta-feira (23) abrir inquérito para investigar indícios encontrados contra o deputado federal pelo Paraná Alfredo Kaefer (PSL) no âmbito da Operação Zelotes, que apura fraudes em julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), do Ministério da Fazenda.

23 NOV 2016

**Blog do Campana - 23/11/2016**

## **89% dos magistrados recebem salários acima do teto**



“Levantamento recente do jornal “O Globo” mostrou que 89% dos magistrados no âmbito federal e 76% na esfera dos tribunais estaduais receberam pagamentos acima do limite nos últimos meses. A concessão de indenizações e benefícios questionáveis, como auxílio-moradia, acaba por inflar os salários muito além do teto” – trecho do editorial “Teto é teto” da Folha de S, Paulo desta quarta-feira, 23. **Leia a seguir a sua íntegra.**

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

**Teto é teto**

**23 NOV 2016**

A experiência ensina que raramente é descabida a desconfiança diante da classe política. O lodaçal revelado pela Lava Jato dá o mais recente exemplo a reforçar a suspeita popular de que o ilícito é regra, não exceção, naquele meio.

Todavia, mesmo num cenário tão degradado, seria injusto não reconhecer iniciativas positivas do Congresso, ainda que pesem dúvidas a respeito de sua real motivação.

Parece ser esse o caso da comissão instalada pelo Senado no início do mês para investigar os casos de salários acima do teto constitucional nos três Poderes.

A Constituição determina que a remuneração de ocupantes de cargos públicos não pode exceder o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (R\$ 33.763). Na prática, milhares de

**CONTINUA**

funcionários recebem acima desse valor.

O descumprimento disseminado da provisão constitucional torna-se ainda mais revoltante no momento em que o governo federal tenta aprovar um limite para os gastos públicos e os Estados passam por situação de calamidade financeira.

Algumas das principais associações de juízes do país, entretanto, avaliam que a comissão seria uma artimanha do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), para retaliar a Justiça pelo avanço das investigações da Lava Jato sobre congressistas como ele.

Embora plausível, em vista das constantes manobras do Congresso no sentido de limitar as investigações —das quais Renan e seu partido são alvos—, essa argumentação acoberta uma reação corporativista que não se pode ignorar.

Levantamento recente do jornal “O Globo” mostrou que 89% dos magistrados no âmbito federal e 76% na esfera dos tribunais estaduais receberam pagamentos acima do limite nos últimos meses. A concessão de indenizações e benefícios questionáveis, como auxílio-moradia, acaba por inflar os salários muito além do teto.

Relatora da comissão, a senadora Kátia Abreu (PMDB) já se manifestou pelo fim do efeito cascata, que viabiliza reajustes aos demais servidores do Judiciário quando houver mudança de vencimentos no STF, e por maior rigor no cálculo das gratificações.

Em meio ao descrédito geral das instituições, a proposta do Senado pode dar algum alento na defesa da moralidade pública. Mas, para isso, terá de resistir tanto às manobras políticas quanto ao lobby corporativista, seja ele originário de servidores do Judiciário, do Legislativo ou do Executivo.

Teto é teto. Extratetos e quejandos não passam de deturpações do preceito constitucional.